

TEMA: ENVELHECIMENTO EM TEMPOS DE PANDEMIAS

Vivemos em uma sociedade em natural processo de envelhecimento. Cerca de 13% da população brasileira tem 60 anos ou mais. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) este número deverá dobrar até 2060. Por outro lado, o mundo contemporâneo assim como a sociedade humana encontram-se em uma profunda crise civilizatória. Degradação acentuada de todos os recursos naturais, esgotamento da qualidade de vida nos grandes centros urbanos, contaminação de solos e água no ambiente rural, deterioração das relações sociais, violação de princípios éticos e morais, desvalorização da ciência e da educação e violação dos direitos fundamentais. Parecemos estar entrando por uma era de grandes agravos sociais. A proliferação de doenças por toda a parte, a maioria relacionada a questões ambientais, as grandes e recentes epidemias e agora quando a humanidade vive a sua primeira pandemia de que se tem notícia neste século, entramos em um momento especialmente vulnerável para as pessoas de forma ampla, mas especialmente para as pessoas mais velhas, aquelas vivendo a condição de idosos(as).

Em eventos como este, os cidadãos mais velhos são receptores de um impacto desproporcionalmente mais elevado quando o assunto é o seu direito à saúde e outros direitos humanos. Na primeira experiência em pandemia, muitas nações adotaram inúmeras medidas de isolamento social em luta contra determinados vírus e algumas delas extremas. Ensinaram seus cidadãos a viver de maneira mais saudável, fecharam inúmeros espaços públicos, escolas, universidades, centros comerciais, praças, parques, tudo que não fosse essencial. Pediram ou determinaram que sua população se isolasse, e aos idosos um segmento significativo da sociedade, que já se encontrava "isolada" em decorrência de décadas de abandono social, pediram que se privasse do contato social por completo, sem visitas, sem contato com a família e sem acesso aos ambientes públicos, como parques, praias e praças, antes repletas de convivência. De maneira ampla, parece que este confinamento poderá potencialmente durar mais tempo e ser mais difícil de superar para este segmento, do que para os demais grupos sociais.

Nesta pandemia que estamos vivendo, nações por todo o mundo se engajaram de maneira ampla nas medidas de contenção da doença, procurando impedir o avanço do vírus a todo custo. De todo modo, o isolamento social que é a melhor opção para vencer qualquer tipo de pandemia, sem dúvida, intensificou uma questão já pujante, que é o relativo abandono das pessoas idosas, visto que o seu isolamento já decorre da nossa inabilidade em conviver com os idosos e compreender que o envelhecimento é um processo natural e social. Nunca, antes, houve dúvida, e não foi a

pandemia que nos ensinou, que os idosos encontram-se em maior risco de abandono, pobreza e exclusão social; para verificar essa realidade, basta conhecermos e visitarmos nossas casas de repouso, além de agora, acentuarmos, com a "permissão" das autoridades, a restrição de contato social que afeta diretamente o estado de saúde, incluindo a saúde mental. É por este motivo que os mais velhos necessitam, urgentemente de participar de debates, tendo em vista a atual situação da crise da pandemia, que irá demorar de passar. Deste modo, compreendemos que as medidas tomadas para lidar com a pandemia devem levar especialmente em consideração a perspectiva do agravamento do abandono e do sofrimento próximo as pessoas em processo de envelhecimento. Contudo, a boa notícia é que durante essa crise de pandemia, também verificamos um incremento, nunca antes observado, de ações de solidariedade vindas a partir de outros grupos sociais, que se manifestaram em prol do auxílio às pessoas que se encontram em estágio mais avançado de envelhecimento.

O grupo etário denominado de idoso é bastante heterogêneo, sendo comumente classificados de idosos, muito idosos e centenários. Parte desta diversidade se dá por herança genética e, na sua maioria, advém do gênero, da etnia, da classe social, dos ambientes frequentados e da família na qual estão ou não inseridos. Portanto, muitas das suposições que estão relacionadas ao idoso são estereótipos, não existindo o "idoso típico", pois seu comportamento, sua capacidade funcional, e suas necessidades de saúde são consequências do seu curso da vida. O enfoque ao abordar o envelhecimento deve recair, também sobre necessidades individuais. Todos os grupos sociais devem encontrar novas formas de aumentar a solidariedade intergeracional e o contato social com os mais velhos sem colocá-los em risco e este sem dúvida é mais um papel para a discussão científica na Universidade.

Esta 23ª edição da SEMOC cria espaços de debate, rodas de conversa, oficinas, workshops e oportunidades de discussões científicas que possam destacar o papel dos idosos no contato e convívio com a sociedade, orientando para os riscos de prejuízos à saúde física e mental. É muito animador perceber o surgimento de muitas iniciativas e ações locais em instituições nacionais para promover essas formas inovadoras de engajamento social na fase de envelhecimento dos nossos cidadãos e compreendemos que todas essas iniciativas, já há tempo, precisavam ser expostas para a sociedade. Qual melhor espaço para que isto ocorra na UCSAL, senão em uma edição da SEMOC? Temos tantas experiências, grupos de dança e atividade física, corais, grupos de formação de guias históricos e ambientais, estudos arquitetônicos, gastronomia, cultivo de plantas, são muitas iniciativas inovadoras. Enquanto toda a sociedade civil, voluntariamente, reage rápida e generosamente neste cenário, há um papel claro para as Universidades e os

seus docentes, pesquisadores e acadêmicos em busca da promoção de iniciativas que ampliem a responsabilidade intergeracional com a temática do envelhecimento e o cuidado aos nossos idosos, afinal é neles que repousa todo o conhecimento da humanidade. A Universidade em sua busca incessante pelo conhecimento não poderia deixar de fora dos seus muros, aqueles que mais contribuem para a produção da vida em sociedade.

Não obstante, no mundo contemporâneo e nas mídias sociais, em tempos de pandemia, todo este cenário social caótico deu também origem à disseminação de comportamentos inaceitáveis, depreciativos e, por que não dizer, defensores ao discurso de ódio contra as pessoas mais velhas - os idosos. Estes são sinais claros do agravamento de uma crise de abandono e rejeição que os idosos já experimentaram, mesmo antes da pandemia. Sinais óbvios de um crescente e perverso ressentimento intergeracional. A humanidade encontra-se em uma Era em que é preciso conceber mais tolerância pela aceitação e solidariedade entre todas as classes sociais, intelectuais, de gênero, raciais e especialmente entre gerações; temos em nossa sociedade um grupo esquecido, abandonado e que em tempos de pandemias, talvez, esteja sendo o grupo mais fortemente afetado por seus efeitos deletérios, sem falar nas incidências absurdas de óbitos em todo o mundo. É muito provável, que mais do que nunca, esses comportamentos e posicionamentos se tornem intoleráveis após a passagem desta perversa pandemia; diante de tal realidade é dever da Universidade se levantar e declarar publicamente a sua contrariedade a esse discurso de ódio, e mais, cumprir o seu papel formador e aumentar a conscientização sobre o perigo representado por essa atitude - precisamos frear a crise contra o valor social que representa o processo de desenvolvimento do envelhecimento.

Não há contudo, como tocar esta temática, sem revelar ou expor as nossas próprias feridas. Esta temática traz à tona as nossas grandes limitações para o cuidado prolongado do processo de envelhecimento; talvez seja este o momento em que a Universidade, possa abrir as suas portas aos nossos velhos, apresentando-os aos nossos jovens, revelando a ambos, jovens e idosos, as vantagens em compartilhar este espaço de elevadas produções de ideias e proposições inovadoras. Todo este cenário da pandemia nos revela uma ferida aberta na sociedade e a urgência com que as Universidades possam adotar reformas de atenção social após esta atual crise da saúde pública, propondo novos modelos de atenção aos idosos, considerando que eles estão aí e precisam ser acolhidos com dignidade neste espaço educacional e formativo que é de todos. Esse é o mote que nos convida a discutir e produzir conhecimentos no centro dessa SEMOC: "Envelhecimento em Tempos de Pandemias".

- **EIXOS TEMÁTICOS**

1. **"O Envelhecimento sob a ótica da Família, Saúde e Bioética"**

A promoção da manutenção da saúde e bem estar no envelhecimento exige o reconhecimento de condições socioeconômicas, culturais e políticas favoráveis, enquanto um atributo conquistado por muitos desafios ao longo da produção da existência humana. Um envelhecimento em condições de equilíbrio não é um atributo biológico, psicológico, social, cultural ou espiritual, mas uma conquista de múltiplas condições concretas, possíveis de serem adotadas pelas pessoas numa sociedade que é dividida em classes sociais, em que a desigualdade de condições de acesso aos bens materiais e imateriais é marcante. Dentre muitos fatores que oferecem suporte material e psicológico para a conquista do bem estar dos(as) idosos(as), destaca-se o nível de interação com a família; por ser o bem estar na velhice, compreendido como um constructo sociopsicológico e cultural, que reflete formas socialmente valorizadas ou não pela família. Existem várias realidades de velhice, referenciadas por diferentes condições, bem estar individual e social, em diferentes contextos temporais. Atualmente, o mundo enfrenta uma pandemia pelo COVID 19, que afeta em especial aqueles em situação de vulnerabilidade, dentre os quais, os idosos, o que nos leva a debruçar, de modo interdisciplinar, na temática **envelhecimento em tempos de pandemias**, com reflexões acerca das condições de vida e saúde desta população, além de realizar uma interlocução entre saúde e bioética, relações familiares, relações sociais, educação e políticas públicas.

2. **"Direitos Fundamentais e envelhecimento em contexto de pandemia"**

O contexto pandêmico tem revelado a necessidade de refletir socialmente e cientificamente sobre a conformação adequada da eficácia dos direitos fundamentais. Resulta desse panorama a missão de compreender os conflitos relacionados aos direitos protegidos pela Constituição Federal, como o direito à vida, à saúde, ao exercício da autonomia privada, à alimentação, à seguridade social e todos os outros que se revelem como expressão da dignidade da pessoa humana, vetor valorativo inafastável e fundamento da República. O envelhecimento encontra proteção normativa expressiva, na medida em que preocupou-se o Direito em assegurar prerrogativas e garantias por meio de diferentes dispositivos legais a grupos socialmente vulneráveis. No contexto de pandemia, as vulnerabilidades, em suas diversas dimensões, são

multiplicadas e/ou potencializadas, o que demanda reflexão em torno dos conteúdos normativos vigentes, com vistas a compreender se são suficientes e se são adequadamente eficazes. O envelhecimento, como condição humana inerente, pode ser analisado a partir de diferentes espectros, estando, pois, relacionado às diversas áreas do Direito, à Bioética, à Filosofia, à Teologia e a diversos segmentos da Ciência. No mesmo percalço, deve-se, também, refletir sobre a adequação das condutas sociais no contexto da pandemia, em prol de corroborar garantia aos direitos fundamentais de todos.

3. "Políticas Sociais, Educação e o Envelhecimento"

A velhice na sociedade contemporânea vem se constituindo num grande desafio, principalmente para a classe social que depende da consolidação de medidas protetivas que garantam direitos fundamentais presentes nas leis. A crescente ampliação da população envelhecida, associada ao enfrentamento da pandemia do COVID-19, neste ano de 2020, evidencia no Estado brasileiro a deficiência do modelo institucionalizado de políticas sociais de atenção aos(as) idosos(as), dada a complexidade de exigência de cuidados à saúde e a outros fatores de amparo social; o avançar do envelhecimento humano provoca bruscas rupturas com o mundo do trabalho produtivo e a condição de aposentadoria exige adaptações socioeconômicas e culturais. Estudos e pesquisas que apontem a reorganização da produção da existência de idosos(as) em outras atividades sociais (laborais, educação, atividade física, artes, lazer etc.), pensadas em tempos de pandemia ou não, podem promover novos significados de exigências para o desenvolvimento do processo de envelhecimento dos cidadãos.

4. "Proteção à vida: Fronteiras, Estrutura Social e Escolhas"

Diante das expectativas de transformação das atuais perspectivas sociais, econômicas, tecnológicas e ambientais, intensificadas pela pandemia do COVID-19, discute-se se estamos adentrando em um novo mundo de fortalecimento dos sujeitos e sua interface com a melhoria da qualidade de vida. Nesse contexto, ressalta-se a população idosa, que requer cuidados e procedimentos especiais. O envelhecimento tem sido considerado um fenômeno social com determinado interesse a partir do século XX, cujo enfoque pautado numa agenda neoliberal, alimenta o mercado de consumo. No imaginário social brasileiro, em particular, a velhice possui significados depreciativos, como aquele que perdeu a capacidade de ascender, que é velho, portanto descartável.

A abertura de debates sobre a ampliação da expectativa de vida, não vem priorizando questões fundamentais de medidas socioambientais e de

planejamento territorial; questões que discutam transformações mais amplas para as pessoas idosas, tais como mudanças no agudo problema da crise de habitação para as famílias de baixa renda; a necessária proteção material e moral contra o desconforto do abandono e da solidão; as condições de vida associadas às questões ambientais, de lazer e de locomoção nas cidades; a legitimação social diante do “parecer como um jovem”; a exclusão tecnológica; as exigências do incremento à renda; o declínio de contratação e permanência nas organizações de pessoas da terceira idade; e, finalmente, o perigo iminente de ser objeto de escolha para admissão em unidades de tratamento intensivo, assim como tantos outros fatores críticos sobre a experiência de vida da população com mais de 60 anos. No espaço da coexistência territorial das intergerações problematiza-se a composição da renda das famílias nas questões de migração de jovens com remessa de recursos para manutenção dos idosos ou de permanência no local de origem em situações que é a aposentadoria que viabiliza a permanência de gerações sob a tutela financeira de idosos. Nesse contexto, examina-se a fluidez de fronteiras, a estrutura social de divisão do trabalho e os limites na autonomia para a efetividade de escolhas individuais. Configuram-se diferentes condições de relacionamentos na unidade familiar, o que requer que seja trabalhada a qualidade da manutenção de relacionamentos sociais com os(as) idosos(as), o que de certa forma, já vem sendo preconizada pelo Estatuto do Idoso e pela Política de Seguridade e Assistência Social do Idoso.

5. "O Envelhecimento e Suas Relações com o Mundo Natural "

À medida que o ser humano vive mais e as populações de pessoas idosas aumentam, se intensificam também os claros benefícios de morar ou trabalhar perto de espaços verdes naturais. Ao mesmo tempo, o número de pessoas, de qualquer idade, que vivem em vilas e cidades oscila em torno de 80%, denotando, ainda mais, a importância da existência do fácil acesso a parques urbanos e espaços verdes. Sociedades, Parques e Organizações não Governamentais por todo o planeta já descobriram a importância e as vantagens em atrair as pessoas idosas em suas diversas categorias para atuar junto aos seus projetos voltados para a Conservação da Natureza. Muitas pesquisas mostram que a atividade física pode levar a uma melhor qualidade de vida à medida que envelhecemos. Para muitos adultos e pessoas idosas, no entanto, o uso de espaços acessíveis pode ser difícil. Escadas, ruas movimentadas, pavimentação irregular, distância ou outros obstáculos podem dificultar o acesso a pessoas com mobilidade reduzida. O fornecimento de rotas e caminhos seguros para espaços verdes e parques urbanos pode ter um impacto positivo em pessoas de todas as idades. Juntamente com os

benefícios físicos do tempo junto à natureza, os efeitos restauradores desta atividade apóiam a saúde mental e o bem-estar. (Um gasto extra de 30 minutos na natureza aumenta esse efeito restaurador e pode ser ainda mais dramático com indivíduos com níveis mais altos de estresse.) Ao mesmo tempo, esses espaços não devem ser limitados apenas às nossas populações mais velhas. Eles também, propiciam aproximações de crianças, jovens, adultos, favorecendo a interação entre gerações que é muito importante, já que auxilia na minimização dos conflitos intergeracionais. Ao projetar e (desenvolver) reconhecer o valor social do espaço verde urbano ou rural, precisamos ter certeza de que prestamos contas aos membros mais velhos da nossa comunidade.